

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 17 de novembro de 1981

Economia Brasil

Condicionantes da correção cambial futura

A Wharton Econometric Forecasting Associates, entidade ligada à Universidade da Pensilvânia, prevê, em seu último trabalho sobre o comportamento da economia brasileira, que as exportações brasileiras poderão atingir US\$ 27,96 bilhões em 1982, projeção que praticamente coincide com a do governo (US\$ 28 bilhões). A Wharton, no entanto, não acredita que as importações possam ser contidas em US\$ 25 bilhões, produzindo um superávit de US\$ 3 bilhões no próximo ano, como é a expectativa oficial. A sua previsão é de que o total das importações deverá ascender a US\$ 25,72 bilhões, reduzindo o saldo positivo na balança comercial para US\$ 2,2 bilhões.

Tanto o governo quanto a entidade, mesmo admitindo que as importações de petróleo possam ficar aproximadamente no mesmo nível, graças a preços estáveis no mercado internacional, ao aumento da produção nacional e à contenção do consumo interno, admitem que as demais importa-

ções deverão crescer, em função, sobretudo, da necessidade das empresas de repor estoques. As autoridades monetárias esperam que esse crescimento não ultrapasse 10 ou 11%, enquanto a Wharton trabalha com a possibilidade de um acréscimo de 14 a 15%.

Não há elementos para se afirmar, a essa altura, qual é a projeção mais válida. Tudo vai depender do ritmo de crescimento da economia de ora em diante e das decisões individuais de centenas de empresas, condicionadas pela sua capacidade financeira. Os "forecasters" americanos calculam que o produto real terá um crescimento de 3,1% em 1982, número que não difere substancialmente das previsões das autoridades monetárias, ficando claro que a grande incógnita é o nível que as empresas desejarem ou em que poderão repor estoques.

Em grande parte, isso será determinado pela política cambial. Considerando o interesse de evitar um relativo barateamento

das importações e, principalmente, manter o estímulo às exportações, a Wharton Econometric pressupõe que a desvalorização do cruzeiro no ano que vem acompanhará de perto a taxa de inflação, que a entidade estima em 91%.

Há aí uma divergência com os estudos preliminares de técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan) e do Banco Central, e não só no tocante à inflação, que o governo estima em 80% em 1982. Existe na cúpula econômica do governo hoje uma forte tendência para passar a descontar, no cálculo da correção cambial, a inflação externa, se não no todo, pelo menos em parte. Assim, a correção cambial no próximo ano ficaria em torno de 73%. Julgam os técnicos que essa seria uma taxa compensadora, mesmo considerando que o crédito-prêmio do IPI será reduzido de 15 para 9% a partir de 1º de janeiro.

E previsível que os exportadores reclamem e que venham a

pressionar em sentido contrário. Uma correção cambial menor também acarretaria um problema técnico, pois até agora ela tem mantido um estreito paralelo com a correção monetária interna, de modo a permanecer atrativa a tomada de empréstimos lá fora.

Isso não é tudo. O manejo da taxa de câmbio, em fase de dificuldades do balanço de pagamentos, é normal e tem plena aceitação internacional. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, endossa a política cambial adotada pelo País a partir do fim de 1980, considerando-a inclusive como um meio para uma maior liberalização do comércio exterior. Segundo análise do FMI sobre a economia brasileira, aprovada pela sua diretoria na última sexta-feira, a política de minidesvalorizações, acompanhando o ritmo da inflação, além de aumentar a competitividade das exportações nacionais, "permitiria a gradual eliminação dos subsídios às exportações e das restrições às importações".